



PORTUGAL 2007

O Processo de Lisboa sobre o "GMES e África"

Lisboa, 7 de Dezembro de 2007

Introdução

As aplicações relacionadas com a Observação da Terra (OT) podem constituir um contributo valioso para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, proporcionando informações úteis em áreas tão diversas como a segurança alimentar, a gestão dos recursos naturais, a desertificação, a monitorização do clima, a prevenção de conflitos, a ajuda humanitária, entre outros. Referências à sua utilização como ferramentas críticas no apoio ao desenvolvimento sustentável foram já integradas em documentos estratégicos adoptados quer pela União Europeia (UE), quer pela União Africana (UA)¹.

A Comissão Europeia (CE) e os Estados-membros da UE têm investido significativamente na observação da Terra com vista à monitorização ambiental em África e no Grupo de Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico), seja através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), de programas científicos ou da cooperação bilateral.

Outras entidades europeias (nomeadamente a Agência Espacial Europeia (ESA, sigla em inglês) e a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT)) fizeram também investimentos significativos nesta área, criando capacidades em África e preparando utilizadores africanos aos níveis político e técnico para fomentar o uso extensivo de meios de OT com vista à gestão sustentável do ambiente e seus recursos.

O GMES - *Global Monitoring for Environment and Security* (Vigilância Global do Ambiente e da Segurança), uma iniciativa conjunta da EU e da ESA, está em desenvolvimento com o objectivo da prestação regular de serviços atempados e fiáveis, relativos a questões ambientais e da segurança, afim de dar apoio aos responsáveis pela definição de políticas públicas.

Apesar de se reconhecer o imenso potencial que pode prestar ao continente africano, o GMES ainda não foi cabalmente explorado. Foi nesse âmbito, que a Comissão da UA, o Secretariado do Grupo de Estados ACP, bem como cinco Comunidades Regionais da África sub-Saariana² assinaram a Declaração de Maputo³.

À escala global, a Europa comprometeu-se afincadamente na actividade do Grupo Mundial para a Observação da Terra (GEO - *Group on Earth Observation*), uma parceria intergovernamental que congrega 71 países e 46 organizações que, em conjunto, procuram criar uma rede de sistemas de OT designada GEOSS (*Global Earth Observation System of Systems*) através da coordenação e harmonização de iniciativas e programas nacionais e regionais.

¹ «Estratégia da UE para África: rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África» COM (2005) 489 final – Outubro de 2005; «Interconectar África: Parceria UE-África em matéria de infra-estruturas» COM (2006) 376 final; Relatório da Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, África do Sul, 26 de Agosto a 4 de Setembro de 2002, (publicação ONU, nº. E.03.II.A.1); COM (2007) 212, «Política Espacial Europeia», Abril de 2007; «Plano de Acção consolidado para as ciências e a tecnologia em África» – Agosto de 2005; COM (2007) 357 final – «Do Cairo a Lisboa – A parceria estratégica UE-África», Junho de 2007

² Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Comissão do Oceano Índico (COI).

³ Declaração de Maputo – em apoio à iniciativa GMES para África, Outubro de 2006 – 7º Fórum EUMETSAT de utilizadores em África

Enquadramento

O GMES está a ser desenvolvido por etapas sucessivas, sendo que o lançamento dos serviços irá decorrer de uma fase piloto com a disponibilização de 3 serviços iniciais até finais de 2008 (serviços de monitorização terrestre, do meio marinho e de gestão de emergências). Além destes, já foram identificados outros serviços pertinentes que poderão vir a ser gradualmente proporcionados, apoiando um amplo rol de necessidades. No curto prazo, o GMES suportar-se-á das capacidades de observação existentes, *in situ* e remotas, implementadas pela UE e pelos Estados-Membros da ESA. A prazo, novos investimentos serão feitos em novas capacidades de modo a garantir a continuidade das fontes que dão origem aos dados e das infra-estruturas que alicerçam o desenvolvimento dos serviços GMES⁴.

Alguns dos meios que foram reunidos no âmbito dos serviços de rastreio GMES já revelaram o seu inestimável potencial para os utilizadores e decisores políticos africanos. No intuito de lhes prestar um serviço tão eficiente quanto possível, a elaboração dos próximos serviços GMES deverá ter em consideração as solicitações africanas, assim como as capacidades a nível regional e local em África deverão ser reforçadas para permitir aos utilizadores e aos decisores políticos aceder à informação de OT facultada por esses serviços.

De facto, seguindo os princípios delineados pelo Consenso Europeu em prol do Desenvolvimento, também as actividades de cooperação em OT devem basear-se, por um lado, na integração dos requisitos e objectivos inerentes ao desenvolvimento de África nas políticas de I&D da UE, e, por outro, na prestação de assistência aos países em desenvolvimento para que reforcem as suas capacidades nacionais próprias nas áreas da Ciência e da Tecnologia. Em particular, valores como os da convergência, da harmonização e do uso de conhecimentos autóctones e locais, da participação efectiva e da apropriação de tecnologias e capacidades pelos países africanos nortearão a parceria entre o GMES e África.

A África possui já um conjunto de centros de excelência de cariz regional e nacional, assim como organizações científicas e políticas à escala continental que desempenham um papel chave na promoção da exploração da informação de OT a favor dos cidadãos africanos. Alguns países desenvolveram, inclusive, e mediante um contributo substancial dos instrumentos europeus de cooperação para o desenvolvimento, abordagens e serviços inovadores relativos ao uso de dados de OT para fins de segurança alimentar ou de gestão sustentável dos recursos naturais.

A parceria “GMES e África” deve integrar a Estratégia conjunta África-UE e respectivo Plano de acção para 2008-2010, sendo parte constituinte da Parceria UE-África relativamente à Sociedade da Informação, à Ciência e ao Espaço.

Proposta de lançamento da parceria “GMES e África”

Sob a égide da Presidência Portuguesa da UE, propõe-se dar início ao processo com vista ao estabelecimento de uma parceria entre o GMES e África, o que passa pelo:

- Aprofundamento do diálogo com os utilizadores africanos e entre os decisores públicos africanos e europeus no sentido de identificar e integrar os seus requisitos com vista à prestação de serviços GMES ao continente africano;
- Efeito de capitalização relativamente a iniciativas e projectos pertinentes já existentes, no intuito de reforçar e constituir capacidades de observação da Terra em África e de valorizar as iniciativas endógenas existentes para evitar sobreposições;
- Estabelecimento de uma parceria a longo prazo entre as partes interessadas, quer do lado europeu quer do lado africano.

Por meio do evento «GMES-África: o espaço e os países em desenvolvimento»⁵ que se realizou em Lisboa, a 7 de Dezembro de 2007, e perante a multiplicidade de actores que este

⁴ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento europeu designada «Vigilância Global do Ambiente e da Segurança (GMES): do conceito à realidade», COM (2005) 565 final.

⁵ Sob a responsabilidade da presidência portuguesa do Conselho da UE, em colaboração com a Comissão Europeia, a Agência Espacial Europeia (ESA, sigla em inglês) e a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT).

empreendimento abarca, tendo em conta as suas inúmeras dimensões – científica, tecnológica, industrial, política, institucional e cooperativa/desenvolvimento –, a Presidência Portuguesa da UE lançou um processo com duração de 2 anos perspectivando um *Plano de acção ao abrigo da parceria “GMES e África”*.

Para além das vantagens directas para os seus utilizadores, a iniciativa “GMES e África” permitirá fortalecer a cooperação entre a Europa e África em termos de desenvolvimento sustentável e científico. Reforçará também a dimensão internacional da Política Espacial Europeia, em geral, e do GMES, em particular, consolidando ainda as contribuições por parte da Europa e de África em relação à Rede Mundial dos Sistemas de Observação da Terra (GEOSS).

Processo de Lisboa sobre o “GMES e África”

No âmbito mais abrangente da parceria entre a UE e África nas vertentes da Sociedade da Informação, da Ciência e do Espaço nos termos do Plano de Acção África-UE 2008-2010, o **Processo de Lisboa** constitui um exercício conducente a projectar e consolidar um *Plano de Acção para a parceria “GMES e África”* a aprovar aquando da terceira Cimeira UE-África, prevista para finais de 2009.

A CE trabalhará com a Comissão da União Africana no sentido de promover o referido processo e, no final de 2008, elaborará um projecto de *Plano de Acção para a parceria “GMES e África”*. A CE envidará um diálogo e consulta estreitos com os Estados-Membros da UE, da ESA e demais partes interessadas no GMES (EUMETSAT, instituições pertinentes da UE, etc.), bem como com a corrente e as futuras Presidências da UE. Pela sua parte, a Comissão da União Africana envidará um diálogo e consulta estreitos com os seus Estados-Membros respectivos e com as instituições e intervenientes homólogos do Continente Africano (i.e. as Comunidades Económicas Regionais, as instituições pertinentes em África, etc.), assim como com as comunidades de utilizadores e prestadores de serviços que forem consideradas adequadas no decurso do processo.

O Plano de Acção desenvolver-se-á sob a alçada do Grupo de Trabalho Conjunto de Peritos UE-UA competente, que está a ser constituído no âmbito da implementação do Plano de Acção África-UE.

Nesse quadro, as acções a levar a cabo procurarão delinear uma estratégia para a parceria entre o GMES e África, em virtude da articulação e concertação de posições entre todos os utilizadores e as partes interessadas supracitadas, e nomeadamente mediante a:

- **Identificação das comunidades de utilizadores e partes interessadas**, tanto do lado europeu como do africano, a envolver no “GMES e África”;
- **Identificação e sistematização** de actividades, infra-estruturas, capacidades e programas pertinentes, realizados ou em curso, em que a parceria “GMES e África” pode assentar o seu crescimento (inclusive o trabalho realizado pelo comité de criação de capacidades do GEO ou outras experiências internacionais);
- Abordagem eficiente em prol de um **diálogo de longo prazo** entre as partes interessadas europeias e africanas, incluindo a integração das especificidades e necessidades africanas na prestação dos serviços GMES a África. Esse diálogo a prazo deve **estruturar a cooperação** entre as partes interessadas e as comunidades de utilizadores africanos e europeus;
- Identificação dos **elementos** necessários à prestação de serviços GMES a África e ao desenvolvimento das capacidades regionais complementares, e definição de uma **estratégia** destinada à sua implementação. Iniciativas de desenvolvimento de infra-estruturas em África, programas de formação e criação de capacidades de observação da Terra (por exemplo, no contexto GEO, AMESD [*African Monitoring of Environment and Sustainable Development*], TIGER ou ainda de iniciativas regionais) deverão ser integralmente identificados e explorados;

- Listagem de **prioridades de requisitos e de acções**, com base nas consultas efectuadas junto das comunidades de utilizadores africanos e nos meios e recursos disponíveis resultantes dos projectos, dos programas, das infra-estruturas e de outros aspectos pertinentes em carteira;
- Aferição de **lacunas** com necessidade de intervenção;
- Identificação de **programas adequados** assim como **instrumentos e modalidades de financiamento** para a parceria “GMES e África” (por exemplo, no contexto do GMES, dos programas científicos e de desenvolvimento da CE, do GEOSS, do AMESD, da ESA e da EUMETSAT, do FED, das iniciativas regionais, da cooperação bilateral, etc.), quando as capacidades e infra-estruturas africanas são insuficientes ou no sentido de harmonizar os activos na perspectiva do desenvolvimento sustentável de longo prazo dos serviços e das capacidades regionais. Para além dos instrumentos comunitários correntes para o desenvolvimento do GMES na Europa, caberá ainda apurar os mecanismos característicos das relações externas da UE e das suas políticas de cooperação;
- Abordagem das componentes de **governança e política de acesso aos dados**;
- Determinação de um **calendário** prevendo acções futuras que permitam desenvolver a parceria “GMES e África” a prazo.

Calendário e mecanismos de monitorização

O Processo de Lisboa decorrerá entre o mês de Dezembro de 2007 e a terceira Cimeira UE-África, agendada para finais de 2009 no Continente Africano. Desenvolver-se-à no contexto do Plano de Acção África-UE para o período 2008-2010 e procurará elaborar uma estratégia consolidada, cabendo à referida Cimeira examinar e aprovar o *Plano de Acção para a parceria GMES e África*, o qual constituirá elemento integrante do próximo Plano de Acção África-UE.

À luz desse objectivo, deverá caber às Comissões Europeia e Africana submeter, no fim do ano de 2008, um primeiro esboço do *Plano de acção para a parceria “GMES e África”* ao Grupo de Trabalho Conjunto de Peritos UE-UA, assim como às instâncias da UE e da UA, para discussão.

Entre finais de 2008 e a terceira Cimeira UE-África, a CE e a Comissão da União Africana liderarão um processo de consolidação através dos mecanismos formais de cooperação institucional existentes, com o objectivo de conseguir uma versão consolidada do Plano de Acção para que possa ser endossado pela próxima Cimeira UE-África.